

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

nº 133 - Abril de 1977 - Crs. 1,00

Editorial

Diante da escalada do fascismo:

Unir para reforçar a resistência e defender conquistas

A realidade brasileira atravessa um momento de extrema complexidade, mas tendo como traço característico o confronto entre um regime fascista que vive o seu período de descenso inegável e um movimento de opinião pública de oposição que marca sua ascensão desde a vitória nas eleições de 1974. Está claro que nenhum destes dois processos é linear. Os sintomas de exaustão do regime não impedem afirmar que ele é ainda forte e tem capacidade de contra-atacar até mesmo de forma violenta. É nesta linha de raciocínio que as forças de oposição devem encarar o episódio do fechamento do Congresso, e da imposição das «reformas políticas».

Tais medidas não seriam necessárias caso a ditadura não tivesse consciência do seu isolamento crescente, e da certeza que eleições diretas em 1978 só serviriam para reafirmar que a única «minoria ditatorial» em nosso País é a que ocupa, pela força das baionetas, os postos de poder. Mas por outro lado, não se pode deixar de comparar a reação das forças democráticas neste episódio, com as que tomou em ocasiões anteriores semelhantes. Já não existe o medo, porque há a certeza de que a grande maioria da Nação vive hoje um consenso: o de que só o fim deste regime de terror e opressão, e o estabelecimento de um clima de democracia plena podem garantir um desenvolvimento realmente independente e em benefício do povo. E este consenso, somado às brechas e fraturas que mesmo os atos de violência não permitem ocultar no aparelho da ditadura, é a base onde as forças de oposição e de resistência

antifascista encontram o ânimo para não caírem nem na passividade e acomodação, nem no desespero ou aventureirismo.

Não se pode subestimar a gravidade do quadro atual. Ele apresenta contornos ainda não definidos e se constitui, de fato, em um momento difícil para os setores antiditatoriais. Mas não é intransponível, se tomamos em conta as forças que concreta, ou potencialmente, se opõem ao regime fascista. O problema fundamental está, na opinião dos comunistas, em fazer corresponder o ascenso indiscutível da opinião oposicionista a uma ascensão do movimento de massas. E lutar para que esta não se dê apenas no quadro da espontaneidade, mas sim através de uma ação coordenada e permanente.

No plano concreto, isto quer dizer que aos comunistas e antifascistas se apresenta uma tarefa prioritária: a de buscar de forma obstinada a unidade da frente antiditatorial. É necessário procurar as lideranças das forças democráticas — na vida parlamentar, na magistratura, nas fábricas e locais de trabalho, na Igreja, na intelectualidade, onde elas estiverem — e estimular os contatos de modo a fazer com que a coincidência de perspectivas de luta que até aqui vêm se dando de forma setorial, tome o caráter mais amplo, e mesmo nacional. Seja para a defesa, hoje, dos espaços conquistados pela resistência antifascista; seja para ampliar, amanhã, esses espaços e, assim, continuar o combate ao governo e ao regime.

ECONOMIA/POLÍTICA

Ditadura decide aprofundar a política econômica de dependência

O tratamento que o regime deu aos problemas econômicos terminou por endividar perigosamente o País, mantendo em alta o nível de inflação e o descontrole das contas com o exterior. Tal quadro faz com que setores do empresariado manifestem seu temor sobre reflexos futuros e comoções mais sérias a nível da sociedade. O governo persistiu em uma orientação expansiva acreditando que a crise mundial estava já superada e que já se definiam as condições para um novo ciclo expansivo mundial.

Como as coisas não se deram assim, o regime resolveu empôr uma política de estabilização, com métodos disfarçados que não conseguem ocultar o despotismo e a brutalidade de sua dominação de classe. As incertezas e preocupações convergem nos setores da burguesia mais dependentes do mercado interno. O ex-ministro Severo Gomes e dirigentes do empresariado paulista fizeram explodir sua preocupação pelo desgaste da orientação e do mecanismo de dominação monopolista estatal, além da extensão do mal-estar social que desagrega a sua maioria silenciosa. A preocupação da «burguesia civilizada» tem logicamente uma clara conotação de classe, como o demonstram as palavras mais citadas de Severo Gomes, publicadas em diversos órgãos da imprensa em outubro de 76: «é preciso fortalecer a empresa nacional não só economicamente mas também social e politicamente, a fim de que a luta por sua afirmação diante da empresa estrangeira não venha a transformar-se em luta pela libertação nacional e, assim, em luta contra o próprio sistema».

O capitalismo brasileiro entrou em sua atual fase monopolista através da mão de um regime fascista. Este regime institucionalizou a exclusão das grandes maiorias da luta política. De fato, anulou a capacidade de pressão política da pequena e média burguesia e, antes e de forma brutal, a dos trabalhadores. Agora que a crise do esquema monopolista agrava todos os problemas, a

«burguesia civilizada» quer evitar que o mal-estar social se cristalice em alianças perigosas que ataquem de fato a ordem estabelecida. Para essa burguesia, não se trata — como já bem disseram diversas análises tornadas públicas — de fazer uma Revolução, ou mesmo uma reforma nacionalista. Mas sim de impedir que, neste período de nova e forçada associação ao capital estrangeiro, alguns setores do capitalismo nacional possam sair do controle e se permitir articulações políticas consideradas «perigosas». Afinal é do próprio Severo, na última parte da sua já famosa citação, que se deve buscar a argumentação de tal posição: o temor de que as contradições desaguem em um processo que termine por se transformar em «luta contra o próprio sistema».

Os que advogam a mudança do modelo não querem que as massas trabalhadoras, a classe operária em especial, entrem no litígio. Sua luta pelas liberdades democráticas para na porta das fábricas porque aí começa a defesa dos seus lucros, que seriam ameaçados com a liberdade sindical. Jogam, de fato, para fazer crer que os problemas econômicos e sociais do País podem ser tratados com técnicas de engenharia que não só deixam intactas as bases do sistema, como também a reforçam no sentido capitalista. Eles lutam, concretamente, a partir dos escalões de poder (e não é Paulo Egídio quem defende abertamente a legalização de todos os partidos políticos, desde que não-marxistas?) para alterar, em seu favor, os mecanismos distributivos e os mecanismos de decisão política.

Mas nem isto é aceito pelo regime fascista através da equipe de governo atual. Por isso se exonerou o ministro Severo Gomes e se trata de diluir as reivindicações do empresariado em uma série de gestões dentro das instâncias ministeriais. Prevaleceu a corrente que opta pelo reforço da associação subordinada ao capital estrangeiro, e que pretende amenizar os problemas atuais

aumentando a dívida externa e a penetração dos monopólios internacionais.

O que consegue com isso é levar os desequilíbrios e contradições para o interior do atual regime econômico, agravando assim as desigualdades e os antagonismos sociais.

É difícil prever o desenlace da crise do esquema «americanista» que é administrado por Geisel, Simões e Cia. Mas é evidente que a sua reformulação aparece como uma necessidade para as classes dominantes. E a saída a ser tentada pelo regime, como é lógico, será a que convém ao grande capital, em detrimento dos trabalhadores.

Em função da atual política de austeridade do governo, não é de se descartar um novo «ato social», um compromisso tácito, feito em nome da «ordem da família e da liberdade», e apoiado com selecionados privilégios consumistas à pequena burguesia, mas apoiado no terror e na demagogia contra a classe operária.

O que se tem que levar em conta é que os trabalhadores mostram ter aprendido as lições da vida, e não parecem estar dispostos a seguir pagando os pesados custos dessa acumulação monopolista. Há que ter em conta que a sociedade brasileira não se mostra mais dócil à vontade dos que a exploram. Basta comparar o ano sem greves de 1971, em S. Paulo, com o que se passou em janeiro deste ano com a greve dos motoristas e trocadores de ônibus, independentemente de todas as medidas preventivas tomadas pelo aparato de repressão.

Por isso, a polémica entre a «burguesia civilizada» e a partidária do capitalismo «selvagem» merece ser analisada detidamente, a fim de tirar-se daí as conclusões para a elaboração de uma tática que desagregue o bloco reacionário diretamente vinculado ao poder. Esta polémica, a despeito da própria vontade de seus atores, forma parte dos grandes contrastes e lutas sociais e políticas protagonizadas pelos trabalhadores manuais e intelectuais, que exigem liberdade e condições de vida civilizadas.

Para estes, no entanto, uma questão tem que ficar clara. As contradições no seio do regime devem ser vistas não como algo que, em si, conduzam ao impasse final do regime e sua consequente derrocada. Não. As contradições são, isto sim, caminhos a serem aproveitados pelas forças que lutam por uma democracia completa como um instrumento de sua própria tática e organização. Sem a iniciativa própria, sem a busca de seus próprios instrumentos de libertação, mantendo-se no quadro da análise daquilo que se passa nos corredores dos atuais donos do poder, os componentes naturais da frente de forças que lutam pelo fim do regime fascista não passarão de simples espectadores. E, sem dúvida, pouco privilegiados.

Sergio Gimenez

FIM AO AI-5 E AO DECRETO-LEI 477

IDEIAS

Democracia e anti-imperialismo são bases do autêntico nacionalismo

O «nacionalismo» da ditadura não é apenas cobertura para uma política entreguista: é a afirmação de um chauvinismo de tipo fascista que defende a militarização e o expansionismo. A oposição democrática não pode falar de acordo diante deste falso nacionalismo. Mas não pode subestimar a questão nacional — corretamente entendida — como um momento decisivo na luta pela democracia.

A campanha do novo presidente norte-americano em defesa dos direitos humanos, cujos aspectos profundamente obscuros não cabe analisar aqui, teve uma imediata repercussão na vida política brasileira. Serviu de pretexto para mais uma manobra da ditadura em sua luta pela obtenção daquele mínimo de consenso indispensável para superar a crise em que está envolvida, sobretudo num momento em que se vem reduzindo a base social de apoio do regime.

Mas não seria justo dizer que o tipo de demagogia «patrioteira» e pseudonacionalista, insistentemente alardeada nas últimas semanas, seja uma novidade no arsenal da manipulação ideológica do regime. Com efeito, sobretudo a partir do AI-5, a ditadura militar-fascista tem apoiado boa parte de sua propaganda ideológica — plenamente identificada, nisso, com os vários fascismos de ontem e de hoje — na afirmação de que é uma legítima defensora dos interesses nacionais, de que sua ação visa a promover a «grandeza da Pátria», transformando o Brasil numa «grande potência». Atritos relativamente insignificantes com o governo norte-americano (a questão das duzentas milhas, a recente ameaça velada de diminuição da ajuda militar, etc.) são agigantados, mistificados, de modo a justificar a pretensão dos governos ditatoriais de cumprirem uma política «autônoma» e nacionalista.

Bastaria uma sumária análise da atitude da ditadura diante do capital estrangeiro, ao longo desses treze anos, para desmistificar completamente essa pretensão. E a suposta «autonomia» da política externa brasileira, se recordarmos atos que vão desde a intervenção em São Domingos até a aberta participação nos golpes que derubaram os governos progressistas do Chile, da Bolívia, etc., muria como um castelo de cartas e re-

velaria sua verdadeira face: a de contribuir para a consolidação do domínio imperialista na América Latina. O caráter «entreguista» e pró-imperialista do regime implantado no País após o golpe de 1964 é uma verdade já suficientemente conhecida pelo povo brasileiro.

Mas, como toda verdade, também essa precisa ser concretizada caso pretenda explicar aquilo que Lênin chamou de «astúcias» da realidade. Por trás da demagogia nacionalista do fascismo brasileiro, ocultam-se alguns problemas reais, que os comunistas não devemos subestimar. Em primeiro lugar, o tipo de desenvolvimento dependente não elimina a possibilidade de que o conjunto do capital monopolista instalado em nosso País (nacional, estatal, mas também multinacional) possa eventualmente, em certas circunstâncias, entrar em atrito com determinadas medidas adotadas pelos governos dos países imperialistas aos quais estamos objetivamente subordinados; uma expressão real dessa possibilidade foi a atitude assumida pelo governo brasileiro diante das restrições que prejudicavam não apenas o capital nacional, mas até mesmo, em alguns casos, empresas multinacionais instaladas no País.

Em segundo lugar, o debilitamento da hegemonia norte-americana sobre o bloco das nações ditas «ocidentais», abrindo espaço para um aguçamento das contradições inter-imperialistas (com o fortalecimento sobretudo da Alemanha Federal e do Japão), possibilita às classes dominantes das nações dependentes uma relativa margem de manobra, a qual nem sempre é usada no sentido de beneficiar os interesses populares, mas frequentemente no de reforçar a reprodução do capital monopolista (privado e estatal) do país dependente. Os governos ditatoriais brasileiros não têm deixado de utilizar essa possibilidade, ainda que numa proporção menor que alguns governos liberais de outros países dependentes, como os da Venezuela e do México. O acordo atômico com a Alemanha Federal inclui-se numa problemática desse tipo: se é verdade que sua assinatura evidenciou um contraste com certos interesses do imperialismo norte-americano, não é menos verdade que expressou objetivamente uma confluência entre os interesses do imperialismo alemão-ocidental e aqueles do complexo militar-industrial brasileiro em fase de expansão e consolidação.

O importante, portanto, é ressaltar que essas medidas de «autonomia» em face do governo norte-americano não põem em discussão a subordinação da economia brasileira ao sistema mundial do imperialismo. Elas não alteram a essência das relações de dependência, mas contribuem mesmo para diversificá-las e, nesse sentido, para aprofundá-las. Porém, ainda mais importante é notar que as medidas de «autonomia» — por exemplo, tanto a recusa do controle internacional sobre a questão dos direitos humanos quanto a assinatura do acordo atômico — são tomadas precisamente com o objetivo de consolidar o tipo de dominação fascista assumida pelo CME no Brasil de hoje, reforçando a militarização da vida nacional.

Em tais condições, seria imperdoável que segmentos da frente democrática de oposição — em nome de um «acordo nacional» colocado objetivamente em termos de capitulação — confundissem esse «nacionalismo» reacionário da ditadura com o autêntico nacionalismo antiimperialista e democrático, pelo qual vêm se batendo há tanto tempo as forças mais consequentes do povo brasileiro, em particular os comunistas. As medidas nacionalistas são por nós concebidas como elemento indispensável da transformação democrática do nosso País; por isso, além de implicarem evidentemente em um combate decidido contra todas as formas de dependência, exigem a permanente presença das massas populares organizadas nas grandes decisões políticas nacionais. Por outro lado, enquanto se propõe lutar pela defesa da nação contra a exploração imperialista, não possui nenhuma conotação xenófoba o expansionismo; requer, ao contrário, a concreta colaboração com todas as nações empenhadas num combate similar contra o imperialismo e em favor da democracia mundial. Trata-se, portanto, de um nacionalismo aberto à mais ampla solidariedade internacionalista.

De natureza inteiramente oposta é o «nacionalismo» pregado pela ditadura. Antes de mais nada, ele deixa na sombra — ou mistifica conscientemente — a questão crucial do antiimperialismo. Mas, além disso, não dissimula o seu caráter expansionista, concretizado na ideia fascista de formação de uma «potência brasileira» com todas as consequências militaristas que isso comporta (criação de um complexo industrial-militar em detrimento da melhoria da qualidade da vida do nosso povo, afirmação de um papel hegemônico do Brasil na América Latina, etc.). E tal «nacionalismo» não esconde ainda a sua natureza claramente elitista, antidemocrática; o conceito de «segurança nacional», apresentado como condição para a transformação do País numa «grande potência», desemboca na concepção de que a política — o debate democrático — divide a nação, gerando conflitos que a «enfraquecem». Como os fascismos de Hitler ou de Mussolini, também o brasileiro utiliza a ideia de Nação enquanto meio para negar a luta de classes na teoria e para justificar a repressão da classe operária na prática.

Os democratas brasileiros não podem vacilar diante da denúncia desse tipo de nacionalismo, que serve objetivamente a interesses antinacionais e antidemocráticos. Mas tampouco podem, em sua justa reação ao chauvinismo fascista, cair no extremo oposto, ou seja, numa subestimação nihilista da importância da questão nacional nas lutas democráticas de hoje. Não podemos aceitar a falsa antinomia — colocada e utilizada pela própria ditadura — entre nacionalismo e democracia. Não se trata de contrapor medidas liberalizantes, a um suposto nacional-estatismo de fundo autoritário, mas sim de opor um autêntico nacionalismo democrático e popular às manobras demagógicas e «patrioteiras» de um fascismo objetivamente entreguista.

Josimar Teixeira

BASTA AO DOMÍNIO DAS MULTINACIONAIS!

CUBA: As conquistas da luta de todo um povo

Depois de mais de uma década submetida ao bloqueio imposto pelo imperialismo americano — e fielmente seguido pelos governos dele dependentes —, Cuba volta a ocupar as manchetes dos principais jornais e revistas de todo o mundo. Mas não para ser execrada. Não para ser vista como o "inimigo maior" do continente latino-americano. Hoje, as atenções se voltam para as referências até mesmo cordiais que representantes da administração dos EUA lhe endereçam. (De que outra forma poderíamos classificar as declarações do atual embaixador americano na ONU, Andrew Young, a propósito da participação das tropas cubanas a favor do MPLA, em Angola, como um fator de estabilização da África Austral?)

Isto indica, seguramente, que, dentro de um prazo não muito longo, as ditaduras mais reacionárias da região — do Brasil em particular — vão ser obrigadas a seguirem os passos do "grande irmão do norte", num reconhecimento diplomático com Cuba, independentemente de tudo o que disseram antes. Vão ter que engolir as ofensas e calúnias e serão obrigadas a reconhecer, no plano internacional, a presença crescente do povo cubano no espírito de todos os povos que lutam pela paz, pela democracia, pelo progresso social, pelo socialismo.

QUEM MUDOU?

A pergunta que emana do exposto acima é muito evidente: quem mudou? Terá o imperialismo americano se "humanizado"? Ou será que Cuba deixou de ser a "ovelha negra" no rebanho "ao sul do Rio Grande", abando mão do exemplo que se constitui para os povos do resto do continente com a construção do seu socialismo?

Seguramente o maniqueísmo não se justifica de nenhuma forma neste caso. Nem Cuba abriu mão de seus princípios revolu-

cionários, nem o imperialismo abriu mão de sua essência belicista e expansionista. O que se pode dizer, isto sim, é que Cuba Socialista, a cento e oitenta quilômetros da Flórida, é hoje uma realidade irreversível. Não só pelo quadro internacional que impede as criminosas intervenções que o imperialismo americano podia ser dar ao luxo de patrocinar direta ou indiretamente poucos anos atrás. Não só pelas contradições que se desenvolvem hoje no seio da própria sociedade americana, onde a emergência de uma opinião pública liberal e pacifista se faz cada dia mais presente, o que leva as cabeças políticas dos grandes monopólios a buscar soluções novas (estilo Carter de administração) para manter as formas de dominação já bastante velhas.

A razão principal da afirmação definitiva de Cuba está nas próprias vitórias conquistadas por seu povo e seu Partido, na luta para a construção da sua sociedade socialista. Uma luta que encerra um ciclo com a instalação, em dezembro de 1976, a um ano de outro marco fundamental que foi o I Congresso do Partido, da Assembléia Nacional do Poder Popular.

EXEMPLO DE DEMOCRACIA

Para um continente onde, com raras exceções, as Constituições existem para garantir a legitimidade de regimes reacionários violentos, ou, mais diretamente, de ditaduras fascistas, vale a pena precisar alguns pontos sobre a eleição desta Assembléia como forma de conhecer um verdadeiro exemplo de democracia com participação plena de todas as camadas do povo. Para tanto, recorremos a um testemunho de um observador bastante exigente na análise da realidade dos países socialistas. Trata-se de Antoine Blanca, membro do Comitê Diretor do Partido Socialista Francês, que na edição de março do prestigioso *Le Monde Diplo-*

matique externa suas impressões em um artigo («A Constituição fixa as conquistas da Revolução») onde se estende no que classifica de eleições democráticas e descentralização administrativa de Cuba.

«O País é atualmente dividido em quatorze províncias (no lugar das seis precedentes) e cento e sessenta e nove entidades municipais. O intermediário regional é suprimido. Por iniciativa dos C.D.R. (Comitês de Defesa da Revolução que coordenam cinco milhões de cubanos) ou da ANAP (associação de pequenos agricultores) nas zonas rurais, as assembléias de cidadãos propõem os candidatos (N.T.: em tais assembléias, qualquer pessoa pode se apresentar como candidato a delegado). Há ao menos 25 circunscrições por municipalidade, devendo cada uma eleger um candidato. De fato, haverá ao menos dois candidatos por circunscrição, mas muito comumente quatro ou cinco. Para ser eleito, é necessário obter a maioria absoluta dos sufrágios, sem o que um segundo turno eleitoral se faz necessário (...)

«As organizações de massa apresentaram ao sufrágio universal vinte e oito mil e novecentos candidatos; para dez mil setecentos e vinte e cinco postos a preencher. Entre os eleitos, os membros ou «aspirantes» do PCC compunham a metade. Oitocentos e cinquenta e seis mulheres foram eleitas.

«Este sistema havia sido experimentado a partir de julho de 1974, com a eleição da Assembléia Provincial de Matanzas. Uma das consequências de sua aplicação é que a administração central transmite seus poderes à assembléia local provincial em numerosos setores que concernem à vida econômica, educacional, cultural, etc. A descentralização será assim efetiva e o cidadão estará próximo de seu eleito, que habita normalmente no mesmo conjunto de casas, ou na fazendola próxima. Nós pudemos constatar, nós mesmos, em Matanzas, que o delegado escolhido toma suas responsabilidades muito a sério, e que os cidadãos utilizam este intermediário.

São estes delegados provinciais que elegem os membros da Assembléia Nacional do Poder Popular, cuja filosofia de criação se encontra no discurso pronunciado por Fidel Castro na histórica sessão de instalação.

«Sempre acreditei que os fundadores de um processo revolucionário socialista adquirem diante de seus concidadãos tal autoridade e ascendência, tais e tão poderosos meios de poder, que o uso inestrito dessa autoridade, esse prestígio e esses meios podem levar a graves erros, e abusos incríveis do poder».

UM REFERENCIAL

Esta participação plena que, de forma diferente, já havia em Cuba desde os pri-

meios dias que se seguiram à vitória da Revolução, não pode se dar sem que haja uma total integração de interesses entre o conjunto da população e os seus líderes. Tal integração termina por elaborar, por si mesma, uma doutrina de autêntica segurança nacional, na medida em que o conjunto da população se sente responsável, participante e beneficiário do programa de desenvolvimento econômico e social do País.

Há que ressaltar, também, nas observações de Blanca, o ponto em que se refere ao número de eleitos pertencentes aos quadros do Partido, ou ainda «aspirantes». O fato de que tenham se limitado à metade no total dos deputados da Assembléia Nacional testemunha bem a liberdade completa em que se desenvolveram as etapas preparatórias, desde as primeiras indicações de delegados. Esta Assembléia, que toma em mãos os negócios do Estado, é portanto a expressão de todo um povo, de toda a Nação cubana, unida em torno de um projeto revolucionário garantido por uma Constituição cuja forma final é alcançada depois que todos os seus artigos terem sido discutidos e emendados nos organismos de base do País.

Uma Constituição que, nos seus princípios básicos, garante expressamente o «direito de cada um ao trabalho, do camponês sobre a terra, da criança, do jovem e do adulto ao ensino público e científico, do doente à assistência médica e hospitalar gratuita; direito de férias pagas, direito da mulher a salário igual por trabalho igual ao do homem, etc.» como destaca Blanca em seu artigo.

Cuba, exemplo para os povos do continente na luta contra o imperialismo e pela justiça social, se firma ante o mundo, com sua Constituição e sua Assembléia Nacional do Poder Popular como um exemplo de democracia. De integração de um povo em torno de um objetivo comum, a construção do socialismo numa concepção bem precisada por Fidel na sessão solene de instalação da Assembléia.

«Alguns neste hemisfério lançam contra o socialismo a acusação estranha de ser uma idéia desligada de nossa realidade. Como se o idioma que falamos não houvesse chegado de fora; como se as idéias liberais-burguesas e todos os princípios do capitalismo não houvessem nascido historicamente na Europa; como se o cristianismo houvesse sido a religião primitiva dos naturais deste continente; como se a cultura e a ciência não fossem universais (...). O marxismo-leninismo é, em definitivo, profundamente internacionalista e, ao mesmo tempo, profundamente patriótico. A libertação, o progresso e a paz da Pátria estão indissoluvelmente unidos, em nossa concepção, à libertação, o progresso e a paz de toda a humanidade».

Há 60 anos :

AS TESES DE ABRIL

Há sessenta anos, no final do dia 3 de abril de 1917 (ou, segundo o calendário ocidental, que veio a ser adotado pela URSS em fevereiro de 1918, no final do dia 16 de abril), Lênin desembarcou na Estação da Finlândia, da cidade de Petrogrado. Ele vinha preocupado, omas cheio de esperanças. Após um exílio de vários anos, na Suíça, via desabar o regime czarista, que oprimia o povo russo há muitos séculos e parecia eterno. As massas tinham se sublevado, numerosos soldados tinham aderido à revolta e o movimento tinha acabado por escapar ao controle da repressão czarista, cristalizando-se em torno dos conselhos (soviets) de operários e soldados. As palavras de ordem do movimento vitorioso eram «paz», «pão» e «liberdade»; nenhuma delas era especificamente socialista, todas formulavam exigências populares cujo atendimento, em princípio, era perfeitamente compatível com as bases de um regime burguês.

Antes mesmo de regressar ao seu país, Lênin, analisando os acontecimentos, enviara da Suíça as suas Cartas de Longe, indicando a seus companheiros de partido a direção do trabalho com as massas, a tarefa de organização das massas. O Partido, que emergia de uma longa clandestinidade, contava, na época, com cerca de 40.000 ou 45.000 militantes; não eram muitos, mas eram quadros sofridos e experientes. Lênin sabia que podia confiar neles. Entre os intelectuais, palavra certa confusão; escritores como Vladimir Korolenko, Alexis Tolstói e mesmo Máximo Górkí se mostravam influenciados pela propaganda pseudopatriótica do imperialismo e se recusavam a apoiar os anseios pacifistas das massas. Os comunistas, entretanto, em sua maioria, compreendiam a legitimidade dessa reivindicação popular.

Lênin percebeu que o governo provisório, burguês, instalado após a queda do czarismo, não só não se dispunha a atender à reivindicação de «paz» das massas populares, como também se negava a tomar as medidas que poderiam vir a corresponder aos dois outros anseios, de «pão» e «liberdade». Por isso, resolveu lutar para que o Partido não se comprometesse a apoiar o governo provisório e nem se colocasse a reboque dos mencheviques ou dos social-revolucionários. Por isso, quando foi recebido em Petrogrado por Tschkheidze, presidente menchevique do soviets de Petrogrado, quando este aconselhou-o a «correr fileiras em torno da defesa da nossa revolução» (quer dizer, do governo provisório), Lênin preferiu não responder a Tschkheidze e fez um discurso dirigido à massa, exprimindo o resolute apoio dos bolcheviques às reivindicações populares.

Já que a burguesia russa se recusava a

aprofundar de maneira consequente a sua (já iniciada) revolução, o proletariado, em aliança com o campesinato (classe de onde provinha a maioria dos soldados), precisava assumir a direção do processo revolucionário. E, para fazê-lo, precisava de um programa próprio, capaz de definir as medidas concretas a serem tomadas no sentido de uma transição para o socialismo, como solução para a crise que o governo provisório não conseguia resolver. Na noite de 4 de abril (17, segundo o calendário atual), no palácio Tauro, onde se reunia o soviets de Petrogrado, Lênin leu, então, para uma assembléia composta de bolcheviques, mencheviques e social-democratas independentes, uma sùmula dos pontos essenciais do programa que propunha: as suas Teses de Abril.

As Teses de Abril partiam do reconhecimento da existência de uma dualidade de poder no país: de um lado, estava constituído o governo provisório; de outro, existiam os soviets, isto é, os conselhos de trabalhadores e soldados, formados no calor mesmo das lutas revolucionárias. A solução para o impasse era dada por uma palavra de ordem de cristalina simplicidade: todo o poder aos soviets. Uma república de novo tipo — uma república soviética, exatamente — poderia realizar uma reforma agrária que liquidasse os imensos latifúndios improdutivos e estimulasse a produção agrícola, através da entrega da terra aos camponeses que a trabalhavam. Era o único meio de corresponder às expectativas das massas que exigiam «pão». Uma república soviética seria, além disso, socialmente mais avançada do que a república parlamentar de mera fachada que tinha sido improvisadamente erguida sobre as ruínas do czarismo: poderia, por conseguinte, proporcionar a setores mais amplos da sociedade a tão ansiada «liberdade». E, por fim, uma república soviética teria condições de assinar imediatamente um armistício com o imperialismo alemão, sem levar em conta as pressões dos imperialismos rivais (inglês e francês), dando ao povo a desejada «paz».

Houve reações apaixonadamente contrárias às teses propostas por Lênin. Plekhánov chamou-as de «fantasias de um cérebro febril». Bogdanov viu nelas o «delírio de um louco». Goldemberg disse que Lênin estava se candidatando ao trono que o anarquista Bakunin tinha deixado vago há trinta anos. Steklov, editor do *Isvestia*, explicou a posição de Lênin como uma consequência do fato dele ainda não estar devidamente familiarizado com a real situação do país. Kamenev também não aceitou as teses de Lênin. Mas Lênin insistiu na defesa da sua linha de massas e ela foi rapidamente aprovada pela direção do Partido — abrindo caminho para a Revolução de Outubro. F. Silveira

NÃO HA DEMOCRACIA SEM O PCB

CLASSE OPERÁRIA/SINDICATOS

A situação atual e as tarefas que se impõem ao movimento sindical

O movimento operário e sindical brasileiro chega a 1977 confirmando o lugar de destaque que conquistara em 1974 no cenário político do País. Ninguém mais desde então pôde ignorá-lo, sejam certos setores da oposição que desejariam vê-lo distanciado, como antes, nas decisões políticas nacionais, seja a própria ditadura. Assim, o ascenso oposicionista que se seguiu a novembro de 74 não teria a expressão que alcançou sem a demonstração de unidade da classe operária na oposição ao regime, o novo impulso adquirido pela oposição no começo deste ano seria inviável sem a reafirmação daquela atitude, expressada no pleito municipal passado.

É preciso destacar que essa reiterada e inequívoca posição da classe operária não apenas reforçou o ânimo combativo das forças já alinhadas no campo antiditatorial; ela também acelerou a desagregação nos arrais do regime, cujos setores politicamente mais lucidos, incluídos militares e grandes empresários, já buscam preocupadamente uma saída que evite a explosão.

Foi por compreenderem isso que numerosos analistas políticos da imprensa brasileira e estrangeira chegaram à conclusão, desde há dois anos, que o grande problema político para a oposição é o governo passar a ser o de saber como a classe operária da região do Grande São Paulo votaria em 1976 e, sobretudo, em 1978.

Essas foram as manifestações mais visíveis da posição do proletariado, realizadas em dois momentos propícios da vida política nacional. Na base, e como preparação dessas «surpresas», está, no entanto, uma longa e persistente batalha que os trabalhadores e seus sindicatos vêm travando contra a ditadura por suas reivindicações econômicas e políticas.

A recuperação parcelada do salário confiscado e a antedatadação por seis meses dos reajustamentos anuais — defendidas pelos sindicatos a partir de um amplo desmascaramento da política salarial da ditadura — têm sido bandeiras importantes não só para a mobilização sindical como para a polarização e a unidade dos trabalhadores contra a ditadura. Essas duas bandeiras, e mais a busca da unidade intersindical para a luta por objetivos comuns, têm sido os princi-

palares da estratégia de luta adotada pelo movimento sindical. É essa estratégia que o movimento sindical vem pondo em prática desde há algum tempo, com resultados bastante positivos.

O pronunciamento, ano passado, de quarenta entidades sindicais de Minas Gerais, enquadrado-se como um dos resultados dessa tática. Os sindicatos mineiros, como se sabe, repudiaram em seu documento a política salarial do governo, exigiram liberdade sindical e levantaram a bandeira da reforma agrária, além de outras reivindicações menores.

O ambiente reinante no meio operário e sindical urbano e a ascensão do movimento de oposição à ditadura estão influenciando positivamente no meio sindical rural. O dissídio coletivo suscitado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura de São Paulo, representando cerca de duzentos sindicatos da categoria, trouxe de volta à luta organizada um importante segmento do proletariado brasileiro. São os antigos assalariados agrícolas, colonos do café, meeiros, parceiros, transformados nos 6,5 milhões de «bóias-friças» do campo brasileiro de hoje. A luta está se estendendo pelos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde se localizam as mais numerosas massas de assalariados agrícolas, depois de São Paulo.

Esse fato novo na vida atual do proletariado brasileiro não pode deixar de reforçar as posições da classe operária e do movimento sindical na luta contra a ditadura.

A TAREFA ATUAL

Mas o movimento operário e sindical tem hoje diante de si um problema urgente para resolver: romper definitivamente o círculo de ferro que a ditadura consegue ainda sustentar em torno dele, e intervir ativamente na vida política nacional, no campo da oposição, defendendo sua própria proposição política e suas reivindicações econômicas e sociais.

Este é hoje um problema vital para a classe operária.

O movimento nacional de oposição à ditadura já cresceu o suficiente para impor a discussão pública da liquidação do regime. Embora isto ainda esteja longe de ser tudo,

representa um grande passo. Mas, exatamente por ter crescido e adquirido caráter nacional, o movimento se torna cada vez mais heterogêneo, do ponto de vista da pluralidade de classes sociais que dele participam, e dos objetivos políticos próprios e interesses particulares que cada um nele persegue. O novo regime que vier a substituir a ditadura levará inevitavelmente a marca da classe ou coligação de classes que afinal predominar politicamente no movimento de oposição.

Isto quer dizer que o novo regime só será efetivamente democrático, e capaz de responder aos interesses atuais e futuros dos trabalhadores, se no movimento de oposição virem a prevalecer os pontos-de-vista da classe operária em unidade política com as camadas e setores da população que lhe são mais próximos. Caso contrário, prevalecerão as posições da burguesia que, de forma crescente, vem se manifestando descontente com o regime.

O movimento operário e sindical tem condições para resolver satisfatoriamente esse problema. Mas precisa atuar com rapidez e decisão em duas direções principais.

A primeira é ampliar e tornar coerente sua plataforma de reivindicações políticas e econômicas. Ela deve incluir a defesa dos interesses fundamentais de seus aliados mais próximos e consequentes, e a defesa de um modelo político e de desenvolvimento econômico que assegure as liberdades políticas e sindicais, e liquide a capacidade dos monopólios nacionais e estrangeiros de reeditar seus golpes liberticidas. Alguns elementos neste sentido já se encontram presentes na plataforma política e econômica atual do movimento sindical, tais como a reforma agrária e certas medidas isoladas de restrição ao capital monopolista estrangeiro.

Mas a plataforma final precisa ser suficiente ampla para assegurar sua aceitação por uma grande maioria do povo brasileiro, e reunir a força social e política capaz de sustentar o novo regime democrático.

A outra direção é a de romper o isolamento em que o movimento operário e sindical se encontra em relação ao movimento geral de oposição à ditadura. A classe operária tem condições de lançar-se ativamente na busca de aliados neste campo, e também entre os setores em desagregação ou apenas vacilantes do regime. Na medida em que atuar nesse sentido, vai encontrar um apoio crescente para ações mais vigorosas contra o arrocho salarial e contra as leis repressivas do movimento sindical.

Uma ação vigorosa nesta direção pode não apenas abrir as comportas para grandes conquistas salariais para as massas trabalhadoras; como ainda apressar consideravelmente a queda da ditadura e ir mais profundamente na extirpação de suas raízes em nosso País.

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA